



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 29

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Artur José Lopes Lobo, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de

Andrade Neto Brandão, Fernando António Portela Rocha Andrade, José Alberto Simões Barbosa e Sérgio Costa Esperança.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Artur da Rosa Pires e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir entrou-se no período regulamentar de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Filipe Neto Brandão:

"A bancada do Partido Socialista entende que não poderá deixar de assinalar a passagem do vigésimo primeiro aniversário da Revolução dos Cravos, madrugada heróica que devolveu ao povo a dignidade do livre exercício da sua cidadania. Entendemos que nesse contexto não poderemos calar uma palavra de vitupério para com o Executivo Municipal, que uma vez mais este ano se mantém alheado das comemorações oficiais dessa data, e, paralelamente saudar o Partido Social Democrata, que tendo votado o ano passado contra as comemorações oficiais no município, do 25 de Abril, este ano parece ter finalmente associado essa data."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Nuno Tavares e Fernando Tavares Marques.

Vogal Fernando Rocha Andrade:

"Aproveitando talvez a data, não a de hoje, mas a que passou há poucos dias, da Revolução, talvez não fosse mau também lembrar algumas das pessoas que antes dessa data contribuíram pelo seu esforço cívico em momentos difíceis para a história do país para que a data fosse possível. Hoje em Coimbra foi lembrada uma pessoa natural da zona de Aveiro, que a qui fez os seus estudos e cuja ligação com esta cidade a sua família tem procurado preservar: refiro-me ao Dr. Arlindo Vicente, alvo de uma homenagem hoje em Coimbra que incluiu a inauguração de uma Rua

com o seu nome. E, eu, queria apenas deixar para a Câmara Municipal de Aveiro, não por seguidismo, mas por merecimento da pessoa em causa, que tomassem em projecção a hipótese da toponímica da cidade incluir também a menção ao Dr. Arlindo Vicente."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Joaquim Silveira e João Peixinha.

Vogal Sérgio Esperança:

"Queria começar por secundar os dois intervenientes anteriores e subscrever também uma saudação ao 25 de Abril de 1974, para de seguida lamentar que vinte e um anos depois desta data, tenha que vir a esta Assembleia Municipal protestar e verberar uma atitude da nossa Câmara Municipal. Não é admissível hoje que se tome uma atitude que foi tomada na noite passada pelos funcionários da Câmara em relação à propaganda afixada nesta cidade, quer pela CDU, quer pela União dos Sindicatos, quer por outra força representante de uma facção política. É lamentável que sejam postos entraves a uma determinação e a uma liberdade de expressão que foi-nos concedida, e nós pensávamos que definitivamente pelo 25 de Abril. Pensamos que isto não pode de maneira nenhuma ser aceitável nos dias de hoje, e, por isso verberamos esta conduta de eliminação de propaganda política.

Também não queria deixar passar esta ordem do dia sem fazer uma referência embora breve a um facto que concertiza todos ou a maioria dos eleitos nesta Assembleia terão tido conhecimento; nós tivemos conhecimento através da Imprensa da nossa cidade de um facto que nos preocupa, que nos trás algumas dúvidas sobre o que estará acontecer ou que terá acontecido em relação a um facto ocorrido já há algum tempo nesta Assembleia Municipal e que agora nos deixa alguma dúvida - o facto é este: aparece referido na Imprensa a ligação do Eurodeputado, Dr. Girão Pereira, aos corpos gerentes da "Cliria"; pensamos que algo menos correcto terá ocorrido ou estará a ocorrer em termos desta ligação do ex-Presidente da Câmara de Aveiro, que foi um dos maiores intervenientes, uma pessoa bastante interessada, talvez até poderíamos dizer demasiado interessada na forma como foi efectuada toda a cedência dos terrenos, e de um modo que foi aliás aqui amplamente discutido, depois da decisão efectuada na Câmara. Não nos parece e consideramos que não é correcto quer em termos políticos, quer

inclusivamente em termos morais o modo como o processo decorreu, porque, desde então e não só nós, outros eleitos municipais representados nesta Assembleia Municipal, levantaram algumas dúvidas sobre a forma como o processo estava a decorrer, e, não podemos deixar passar hoje em claro nesta Assembleia que teve sérias preocupações do modo como o processo decorreu, a constatação de um facto que nos trás sérias preocupações do modo como esta ligação surge publicitada através da Imprensa durante esta semana que passou."

Neste momento entrou na sala o Vogal Vitor Martins.

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que começou por dizer que é do seu desconhecimento a questão levantada pelo Vogal Sérgio Esperança, salientando também que não houve qualquer decisão deste Executivo no sentido de que a dita publicidade fosse arrancada.

Sobre o que foi referido do Dr. Girão e da sua ligação à "Cliria", também disse nada saber.

Relativamente à sugestão feita pelo Vogal Rocha Andrade de figurar na toponímia da cidade o nome do Dr. Arlindo Vicente, disse não ver qualquer inconveniente em que a Câmara possa estudar essa proposta e poder vir a aceitá-la.

Referiu ainda, que não tem sido hábito a Câmara tomar a iniciativa de qualquer comemoração do dia 25 de Abril. O que tem acontecido é fazer-se a discussão neste órgão quanto à posição a tomar relativamente a esta efeméride, desta vez ou porque não houve Assembleia próxima ao referido dia ou por qualquer outra razão, não foi sequer feita a discussão do tema que pudesse conduzir a uma comemoração, no entanto salientou que a Câmara daria o seu apoio se de facto tivesse havido uma decisão desta Assembleia.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Carlos Barros e Cruz Tavares.

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, permitia-me aqui fazer uma intervenção que desejo curta para lembrar um aveirense, (este ainda não morreu, graças a Deus é bem vivo) é um homem modesto, um homem anónimo, mas que tem desempenhado uma obra que hoje em dia já é reconhecida em instâncias muito altas do país, naquilo que diz respeito à prevenção da

António
Paulo
Ben

toxicodependência. Por força do trabalho que tenho procurado desempenhar, à cerca de ano e meio recebo uma carta de uma grande especialista em matéria de tratamento da toxicodependência, que é a Dra. Teresa Nunes Vicente, Directora do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Coimbra, a chamar-me a atenção para uma obra que então começava e que estava a ser realizada por esse homem. Imediatamente me pus em contacto com ele e tive o privilégio posso dizer de ter desde então acompanhado o trabalho que ele tem feito: - é o Sr. José Henrique Madail.

Quero pedir a atenção da Câmara para isto: - está em Aveiro, através desse homem e de um punhado de pessoas que se empenharam neste combate a ser levada à prática um trabalho que não existe em parte nenhuma do País e que se traduz neste momento em, através de um grupo espantoso de jovens em recuperação a serem devidamente e clinicamente acompanhados pelo Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Coimbra e esperemos que dentro de muito poucas semanas no Centro de Atendimento de Aveiro, em que, em grupo, em coesão, em solidariedade, se têm acompanhado uns aos outros; neste momento são cerca de cinquenta jovens, rapazes e raparigas, solteiros, casados, estudantes, trabalhadores etc, que têm feito um percurso verdadeiramente emocionante depois de terem mergulhado no mais fundo, na doença que infelizmente é a toxicodependência. Hoje são praticamente rapazes e raparigas válidos exactamente como nós libertos desse vício e dessa doença. Quero chamar atenção e pedir atenção de todos vós para isto, não apenas para lembrar e para enfim mencionar este trabalho, neste momento juntou-se a esse grupo de homens não apenas os serviços e os responsáveis dos serviços que no distrito e particularmente na nossa cidade acompanham esta problemática, como também outro grupo notável de pessoas que é o Núcleo de Aveiro do Grupo Desportivo dos Profissionais de Farmácia, hoje este grupo é reconhecido a nível das entidades oficiais pela sua motivação, pelo seu esforço, pelo seu empenhamento e pelo seu sacrifício muitas vezes material em prol da comunidade aveirense, e, nesse sentido eu queria lembrar uma coisa - no dia 12 de Maio, comemora-se uma vez mais o dia de St^a Joana, o dia da cidade, e, nesse dia, e nessa oportunidade costumam distinguir-se as pessoas, os aveirenses que mais têm contribuído em benefício da nossa

Prof.
Dias

cidade, e, eu pergunto a mim mesmo, conhecendo como conheço o trabalho deste grupo e particularmente deste homem que deu o pontapé de saída, se não seria bem entregue e bem distinguida esta obra por aquilo que ela significa e por aquilo que tem sido feito. Se calhar ter-se-ão já distinguido pessoas que possivelmente não mereceriam tanto como ele e como este punhado de gente que trabalha com ele."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Olinto Ravara, Sequeira Pereira e João Pedro Dias.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, referiu-se ao estado lastimoso a que chegaram as vias de comunicação dentro de Aveiro, quer na zona rural, quer na zona urbana, pois é tal o seu estado de depauperação, que pretendeu saber se o Sr. Presidente da Câmara tem em mente alguma campanha para rapidamente recuperar o piso das vias mais degradadas.

Referindo-se seguidamente ao caso concreto da Rua Cega em S. Bernardo, considerou que aquela via recentemente pavimentada é uma autêntica vergonha, tornando-se absolutamente indispensável que se faça a reposição do pavimento nas devidas condições o mais urgente possível.

Finalmente, referiu-se a alguns focos de prostituição que apareceram recentemente na cidade, considerou que os mesmos não ficam bem à cidade de Aveiro e que a sua localização como toda a gente sabe é no Rossio. Salientou que esta situação causa alguma perturbação às pessoas que têm necessidade de passar por aquele local à noite, e como tal entende que é indispensável que se tomem medidas com vista a atacar este problema.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente, disse que a questão levantada pelo Vogal Nuno Tavares merece de facto atendimento, todavia não sabe se para este ano haverá alguma hipótese da mesma ser contemplada, mas que naturalmente a Câmara irá estudar o assunto.

No que respeita à questão da recuperação dos pisos, disse que já há algum tempo foi determinado aos serviços para que fizessem um inventário das Ruas mais carenciadas para se poder avançar com o concurso e fazer a sua recuperação. Em termos da zona citadina, há também já um plano de emergência no sentido do mais rapidamente possível se fazer a recuperação desses pavimentos.

No que se refere à Rua Cega em S. Bernardo, disse que aquela obra não está bem, a pavimentação está muito precária e portanto terá que se encontrar com o empreiteiro da obra uma solução que obste aos inconvenientes resultantes da má pavimentação.

Finalmente e no que se refere aos focos de prostituição na cidade, considerou tratar-se de um problema de âmbito nacional, que é legítimo discutir-se e oportuno falar-se, mas que foge ao sector que a Câmara Municipal possa abranger. É um problema que merece discussão e a Câmara está pronta a colaborar nessa discussão, a encontrar também algumas formas, a apoiar também qualquer iniciativa que surja nesse sentido.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Mangerão.

Não se registando mais intervenções, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara Municipal:

" Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido porque penso que o documento escrito que foi distribuído aos Srs. Deputados, será suficiente em termos de informação daquilo que se passou no prazo de mês e meio. De qualquer modo, gostaria de informar a Câmara Municipal de que a situação financeira da Câmara não tem melhorado relativamente à um mês atrás conforme aqui fiz essa referência, não são coisas que se alterem de um momento para o outro e, mantém-se portanto alguma dificuldade financeira para resolvermos os problemas que temos, mesmo no que se refere ao pagamento do dia a dia. Não há entradas por enquanto de receitas extraordinárias dos fundos comunitários, pouca receita também da venda de património, porque esta tem que ser devidamente pensada e tem havido portanto um equilíbrio muito cuidado em termos de despesas e de suportar esta dificuldade que eu estou a

Handwritten signature and initials in blue ink.


pretender transmitir aos Srs. Deputados. Posso informar que a receita cobrada até ao dia 21, atingiu um milhão e oitenta e dois mil contos; os pagamentos efectuados até esta data foram de um milhão e quarenta e cinco mil contos. Tem-se tentado criar portanto aqui um sistema de ir correspondendo às despesas. Por sua vez o lançamento de obras, despesas portanto criadas, as ordens de pagamento devem andar à volta dos trezentos e oitenta mil contos, na data em que colhi esta informação era de quatrocentos e trinta e dois mil, com a entrada de uma pequena receita de Sisa foi possível abater a dívida. Temos nesta mesma data, compromissos de obras, requisições cabimentadas, um milhão cento e oitenta e três mil contos.

Um outro assunto que eu gostaria de abordar e dentro daquele lema que temos vindo a seguir e que eu próprio imponho à minha maneira de estar que é o de estarmos a trabalhar com clareza, é a situação que eu refiro depois no Relatório e que abordava desde já, que são aquilo que corre um pouco como sendo dívidas que a Câmara tem volumosas e que não têm sido devidamente clarificadas. Aquilo que eu digo no Relatório e que eu gostaria de rapidamente nesta informação, são assuntos relacionados com o ex-Fundo de Fomento de Habitação, de terrenos, e relacionados com construção de habitação social, que vem de alguns anos em situação por regularizar, na medida em que não foram feitos os pagamentos atempadamente perante o ex-Fundo de Fomento de Habitação. Queria que ficasse clara esta situação que ainda hoje trouxeram no jornal de "buracos orçamentais".

Há três situações que não têm vindo a ser mencionadas nos Planos de Actividades, nem nos Relatórios: uma delas, diz respeito ao ex-Fundo de Fomento de Habitação, hoje à Caixa Geral de Depósitos para quem foram transferidos esses créditos por parte do ex-Fundo de Fomento de Habitação, o ex-Fundo de Fomento de Habitação é aquilo a que hoje se chama IGAPHE.

Outra situação era com o próprio IGAPHE, o IGAPHE actual. E a outra é relacionada à EDP.

Aquela que eu referi como sendo actual, é também relacionada com pagamentos a efectuar ao IGAPHE, que correspondiam a cento e noventa e nove mil contos e que no decorrer do tempo com juros, com índices de actualização, quando falamos neste assunto agora, depois



que esta Câmara começou a funcionar, este assunto foi posto em Tribunal pelo IGAPHE, decorreu algum tempo e só recentemente é que surgem decisões definitivas, iria para quatrocentos e treze mil contos, tomámos a iniciativa de entrar em contacto com o IGAPHE, tentar negociar, tentar resolver o problema na medida em que há uma dívida que estava de facto concretizada que era de cento e noventa ou cento e noventa e nove mil contos. Nessas negociações que fizemos encontrámos da parte do IGAPHE a melhor das boas vontades para resolver o problema e ficou neste momento, essa dívida, protocolada em cento e oitenta mil contos. Neste momento está esta dívida estabilizada com o IGAPHE, em cento e oitenta mil contos, para pagar em trinta e seis meses, ou seja, cinco mil contos mensais.

Perguntar-me-ão, mas porque é que não pagaram?... não houve a negociação atempada, o IGAPHE colocou o assunto em Tribunal e neste momento encontrou-se uma solução para este assunto.

Com o ex-Fundo de Fomento da Habitação, estamos ainda também no sector de terrenos da habitação social, com uma dívida de duzentos e noventa e três mil contos, para negociar; muitas das Câmaras que tinham assuntos idênticos para com o Estado não fizeram a negociação, algumas Câmaras contestaram esses pagamentos, colocaram-se problemas também juridicamente em Tribunal e só agora surge também por parte do Tribunal Tributário o levantamento da questão, uma decisão que enfim tem vindo a ser contestada pela Câmara, a Câmara tem apresentado as suas contestações, tem discutido o processo e só agora de facto surge por parte do Tribunal Tributário uma posição de força, em termos uma caução em valor superior à dívida neste momento. Estes duzentos e noventa e três mil contos, de sete anos e meio, nesta procura de solução através do Tribunal, é hoje de um milhão duzentos e quarenta e três mil contos. A demora resultante também da decisão do Tribunal, leva a que neste momento a Caixa Geral de Depósitos apresente a conta em termos de um milhão e duzentos e quarenta e três mil contos. A Câmara tomou já uma posição muito recente, aliás como competia em termos de organizarmos estes assuntos, em que nos dispusemos a negociar uma solução, como encontrámos para aquela que eu referi. Note-se que são dívidas, mas que não o são também, na medida em que não se sabia qual a decisão que o Tribunal iria tomar. Lembrem-me aqui, e, é um

facto, algumas destas situações, a própria Associação de Municípios aconselhava as Câmaras a não pagar e aguardar por decisões que evitassem que as Câmaras tivessem que pagar estas importâncias. Depois do contrato feito com a Caixa Geral de Depósitos está em setecentos e sete mil contos, porque tem de facto uma negociação que julgo poder avançar e a Câmara tomar uma posição.


A EDP está ainda hoje também numa situação, como acontece com várias Câmaras no País, note-se que em termos da C.G.D. não é a única Câmara, há mais Câmaras no País, que convencidas que haveria uma solução com mais vantagens para as suas Câmaras, foram arrastando o processo, foram aguardando que o Tribunal tomasse decisões.

Na EDP, há um encontro a fazer, não temos o número certo, mas há uma negociação que está encarregado O Sr. Vereador Vitor Silva, também para encontrarmos um protocolo e também sabermos o que é que devemos relativamente à EDP.


Estes são os três aspectos que importa tornar claros com o sentido de se encontrarem as soluções, é esta a preocupação que a Câmara tem. É claro que depois temos empréstimos ao INH, são actuais e que estão portanto a ser geridos em termos de concessão de habitação social e com a Associação de Municípios de Carvoeiro, como é do conhecimento e são situações que têm vindo sempre anotadas nos Planos de Actividades e nos Relatórios."

Vogal Vitor Mangerão:

"Sr. Presidente eu não sei se hoje não estamos aqui a viver um dos momentos mais sérios em termos de dramatismo, não é em termos de honestidade de costumes, um dos momentos mais sérios do relacionamento Assembleia Municipal/Câmara Municipal dos últimos tempos para cá. Temos tido alturas de tensão política, de divergência de opiniões, umas mais superadas que outras, de uma maneira geral não se pode dizer que em Aveiro a vida política autárquica seja pautada por violência ou por mediocridade ou por sonolência, dentro do que é razoável esperar-se de autarcas acho que temos cumprido razoavelmente a nossa função. Simplesmente, neste momento eu pergunto-me a mim próprio, para ficar de bem comigo, qual é a verdadeira interpretação, o verdadeiro sentido, o verdadeiro peso político, e não apenas político, até pessoal, que




eu devo dar às declarações que aqui fez. Começo por dizer que não sei se o louve por ter tomado a iniciativa, ou se o lastime por ter de a ter tomado. Porque, politicamente antecipou-se antes que levantassem os problemas, porque à boca fechada, ou à boca aberta, já se constava por aí coisas sobre isso; evidentemente há situações que se sustentam durante muito tempo, algum momento elas têm de acabar como tudo na vida. Politicamente portanto poderá ter sido uma antecipação, simplesmente politicamente não chega antecipar, dizendo no princípio em vez de ser no fim de uma sessão desta Assembleia - não chega para politicamente justificar! porque politicamente é preciso ver a raiz das coisas...! e aquilo que a mim me perturba mais, é, porquê e quem, e como foi possível conviver com essa realidade durante anos? escamoteando a verdade dos números e as suas implicações, escamoteando que é o termo, só prova em contrário que eu aguardo e fico todo satisfeito se ma derem, escamoteando a verdade desses números e suas implicações políticas e não só, durante anos... repare que eu até o posso lastimar na medida que cai-lhe agora sobre os ombros a necessidade irrecusável de ter finalmente que ir ao dentista arrancar o dente, e fá-lo na praça pública... quando se calhar quem arranjou as cáries foram outros! mas também há uma responsabilidade dividida, o Sr. Professor Celso fez parte de Câmaras sucessivas, e, das duas uma, ou o obscurantismo existia e era muito pior do que a gente possa imaginar e o segredo era só de um e mais ninguém sabia, ou o segredo era partilhado por mais alguém, e, eu permito-me pensar que o Sr. Professor Celso poderia saber pelo menos as fímbrias do segredo, não teria era autoridade ou não lha davam para o revelar publicamente. Seja como fôr foi mais ou menos bem guardado até agora. Mas havia sérias razões para desconfiar que existia - o problema é este, é que até neste momento, quanto aos montantes da EDP, o Presidente da Câmara ou não tem coragem de o dizer ou ainda não sabe o que é que há-de dizer, mas pelo menos podia dizer como nas coimas das transgressões ao Código da Estrada, o mínimo e o máximo, está entre tanto e tanto! ao menos, porque das outras duas verbas pelos números que deu dá novecentos mil contos arredondados. A explicação é apenas aparentemente muito racional, mesmo querendo desdramatizar - diz assim, a situação vem desde não sei quando, e, eu gostaria de saber exactamente a que ano se reporta o nascimento destas dívidas. Ficamos




sem saber exactamente porque é que só há negociação agora, depois do trânsito em julgado de decisões judiciais? é que num caso não há dúvida que disse que era precisamente uma dívida, pronto perdeu-se, contestou-se e tal, esperou-se, talvez estivessem até à espera das amnistias, para umas coisas os governos são tão criticados por amnistias, para outras pelos vistos espera-se pelas amnistias, não sei se era disso que estavam à espera se de uma decisão qualquer política. O facto é que as dívidas aparentemente neste momento, chama-se a isto dívidas consolidadas, reconhecidas judicialmente e a única hipótese é negociar agora com os autores das acções, ou seja, é uma negociação desgraçada, é estar-se mesmo na mó debaixo para negociar, quer dizer o outro ganha acção e, agora eu, réu que perdia a acção vou negociar com ele - grande Caixa Geral Depósitos que faz um abatimento destes, porque é que não faz a tantos desgraçados que lá vão pedir dinheiro para construir casas?

E o famoso IGAPHE organismo do Estado, esse Estado desgraçado que persegue toda a gente que não tem compreensão por ninguém e que faz um abatimentosito de quatrocentos e tal mil contos dívida efectiva reconhecida, para cento e oitenta mil a pagar em trinta e seis meses, mérito da Câmara Municipal de Aveiro ou mérito do IGAPHE? grande negociação! quem é o advogado da Câmara? se é o Presidente da Câmara louvo-o por isso, grande negociação! agora eu pergunto, mesmo com grandes negociações ou não, eu não posso admitir que a doença tenha sido ocultada aos parentes da vítima durante anos e anos e agora se venha dizer, isto resolve-se, desta maneira assim assim, e ainda estamos com a grande incógnita da EDP, ou seja, durante anos os números que eram trazidos aqui, eram falseados, porque não se venha dizer que, mesmo em termos económico financeiros e mesmo em termos contabilísticos, que é a mesma coisa uma dívida estar em litigância e portanto não estar fixada ou não existir dívida nenhuma. A situação de dívida existia, a comprová-lo está isto! em ambos os casos, concerteza na EDP também, apenas poderiam ter a expectativa de por um milagre das rosas qualquer a dívida em vez de ser tão grande ao fim destes anos todos ser diminuída, mas ela cá está e se contestação houve, não sei se houve senão, porque é evidente não conhecemos os termos da contestação nem quais os argumentos que a Câmara poderia ter, se contestação houve ou não, o facto é que foi para o maneta, porque a



sentença não roubou essa contestação, em ambos os casos a Câmara perdeu. A mim não me interessa as Câmaras dos outros sítios! Sr. Presidente, não me interessam as Câmaras dos outros sítios, e, eu vou-lhe dizer porquê... cada um joga em sua casa... eu há bocado fui a correr quando vi o fumo preto ali para os lados da variante, porque tive medo que fossem ali as bombas da Schell que estivessem a arder, porque eram nitidamente fumos químicos, fui a correr e era um incêndio, que tinha rebentado por baixo do pavimento onde o Mercado Municipal parou há uma data de meses; explicaram-me o que se estava a passar, bom a gente aprende com o fumo preto seja ele de que qualidade fôr e onde quer que ele apareça, hoje já se aprende com toda a espécie de fumo, porque quando há fumos há sempre fogos de alguma espécie e neste caso também. Mas o pior é que não foi uma, nem duas, nem três pessoas a explicarem-me! "a Câmara não tem dinheiro para pagar aos fornecedores das lojas, está aí essa coisa parada..." toda a gente sabe neste momento, e é isso é que me afecta, que a Câmara tem coisas paradas porque não tem dinheiro para pagar! Sr. Presidente, obviamente que o Sr. agora vai-me explicar aqui, e Deus queira que a Imprensa elucide esses burros desses munícipes que pensam isso da Câmara, Deus queira que ponham lá a resposta que o Sr. vai dar sobre isto - o Mercado está parado por razões técnicas e não sei quê, como os muros da Ria estão a cair por questões de marés ou de um desencontro qualquer de opiniões etc, etc.. Pois olhe Sr. Presidente, com estas contas aqui e eu agora espero que haja quem de finanças saiba mais do que eu, para escarpelizar esta coisa e discutir consigo e com técnicos mais contabilistas os pormenores da questão, mas por mim eu fico-me assim, neste momento com este susto, eu digo - no mínimo é de começar a poupar até na aquisição de mobílias para gabinetes de Vereadores, nas ajudas de custo ao estrangeiro, no pagamento da minha senha de presença aqui, que eu estou disposto a doar, em vez de ser para a associação de caridade para a qual faço desde sempre, a doar para um fundo especial para o município etc, etc, e isto não é demagogia barata, porque aqui estão novecentos mil contos, o dinheiro do Cojo já está todo comprometido como V.Ex^a muito bem tem dito e louvo pela franqueza e eu agora compreendo porque é que os pavimentos estão a desgraça que estão, porque é que as coisas são todas remendadas e porque é que por motivo de ter orgulho de Aveiro ser



Aveiro, é preciso um gajo agarrar no marnoto que já não existe e no monumento que deixa de ter água a correr porque não é preciso ter água porque já tornou a chover e noutras coisas de folclore, eu pergunto quais são as perspectivas de futuro para o município? desta maneira, nós temos andado a tentar fazer o jogo de verdade, a única coisa positiva que neste momento e que pode mudar até ao final da discussão, que eu extraio disto tudo é assim: se isto foi a machadada no nó-górdio para cortarmos definitivamente com o que estava para trás, é uma aposta terrível... mas tem que ser assumida por toda a gente - não é para nós aqui decidirmos as coisas e depois virem declarações de voto de pura demagogia local a querer deturpar o verdadeiro sentido, como que os Partidos da oposição em algumas situações extremamente delicadas assumem dividir responsabilidades com a Câmara Municipal dominada pelo CDS-PP. Se querem fazer um pacto de regime, aqui ao nosso nível local, podemos fazê-lo, mas tem que ser com base numa absoluta transparência, sem precisarmos de fazer mais Comissões que decidam o que é, como é, e com que é que deve existir transparência aqui no Município de Aveiro. Hoje pode ser a última etapa do que venha aí para o futuro, estamos a meio do mandato propriamente dito, e, o Sr. Presidente está a um mês mais ou menos, de ser definitivamente, plenamente, irremediavelmente Presidente da Câmara Municipal de Aveiro."

Vogal Raul Martins:

"Eu comungo, é a primeira vez que me levanto porque penso que é o facto mais grave que se passou nesta Assembleia, desde que aqui estamos todos. De facto como vocês repararam desde o princípio da Assembleia que eu vinha a insistir neste problema, e o problema aí está - dois milhões, sim, à EDP a tal pequena quantia que está em litígio é um milhão e novecentos mil contos; se juntarmos mais os declarados já aqui definitivamente acordados, novecentos mil contos, são dois milhões e oitocentos mil contos.

As receitas anuais do Município são na ordem (o ano passado foram-no) de três milhões quatrocentos e cinquenta e três mil contos. De facto é uma situação extremamente grave. Mas no meio disto tudo eu queria louvar a lhaneza do Professor Celso Santos, a dizer-nos aquilo que nunca disseram a esta Assembleia, aquilo que nunca foi inscrito em nenhum documento que aqui esteve, e, mesmo este ano, as coisas são

Raul Ventura

um bocado complicadas como direi à frente. A responsabilidade na Câmara era ou não dividida entre o Presidente e os Vereadores permanentes? esta Assembleia tem de saber disso! sabia ou não o agora nosso Presidente da Câmara que existiam estas responsabilidades? se sabia, porque calou? eu não posso de forma nenhuma crer que nada soubesse! principalmente vindo de um Partido que se arroga hoje da máxima eficiência, da máxima franqueza, da máxima responsabilidade. Não se trata de cinco tostões! trata-se de dois milhões e, números redondos, dois milhões e oitocentos mil contos! e não posso crer que o nosso Presidente à altura que elaborou este documento não soubesse disso... e, este documento que nos informa que foram registados: quatro carros de bois e que foram registados quatrocentos e sessenta e um cães, diga de uma coisa tão grave como uma dívida que vem de trás e que se pode cifrar, para já, já está certa em cerca de novecentos mil contos e que se pode cifrar em dois milhões e oitocentos mil contos de IGAPHE, procurando controlar o mais possível as despesas e proceder à regularização de assuntos pendentes, como são os relacionados com o IGAPHE, ex-Fundo de Fomento de Habitação e EDP. E, é a primeira vez que o CDS que tem vindo a gerir o município de Aveiro, que tal se diz!

De facto, eu penso que este assunto é demasiado grave para ser tratado da forma que foi tratado hoje, que já devia, se o Sr. Presidente não o conhecia anteriormente apenas tomou conhecimento, devia de ter convocado uma Assembleia Municipal extraordinária para explicar isso, e, de facto acho muito pouco, acho que poderia haver uma tentativa de conivência com as pessoas que sempre quiseram esconder isto, limitar o problema a uma mera linha e meia num Relatório de Actividades deste tipo."

Vogal Jorge Nascimento:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente como referiu o Sr. Dr. Raul Ventura, são números os que estão em causa, de elevada gravidade, quando é certo como ele disse que as receitas correntes do município apontam para três milhões de contos totais, mas devo dizer que, e muito sinceramente não o fazendo pela minha posição política, não é portanto pela minha posição política de elemento de uma bancada que por natureza deve apoiar o Executivo, que eu me abstenho de me pronunciar em termos de tanta gravidade, fazendo crer à opinião pública, fazendo

Raul Martins
Ben

difusão de tão grave problema, que a verificar-se, é realmente grave, sem que primeiro se tenha conhecimento de todos os dados do problema. O problema tem dimensão tão grave, que a gravidade do mesmo, dimensão tão grave, isto em termos de interrogação, não pode ser averiguada sem se conhecer os contornos globais do problema. E, eu para me inteirar, e o problema conforme está a ser posto tem que ser averiguado em termos de conduta de um Executivo, e, essa conduta há-de ver-se se ela foi correcta ou não foi. A primeira pergunta que me assalta é esta, e que eu faço ao Executivo: - de que deriva toda e cada uma destas dívidas, portanto do IGAPHE, à EDP e ao INH? porque motivos o Executivo não procedeu ao seu pagamento? que alegações fez em defesa da sua tese? se efectivamente existem já sentenças? e, estas com trânsito em julgado? se o sentir nacional, e, este através dos outros municípios foi também com a orientação de não pagar estas dívidas? portanto para mim é ponto fundamental conhecer todas estas questões e depois sim, com conhecimento dos dados do problema, então arguir dramatismo ou arguir tranquilidade.

Evidentemente também me preocupa se uma dívida tamanha, contestada ou por contestar, se de facto ela devesse estar incluída nestas contas ou não estar. Portanto perguntava também ao Executivo se estas verbas deveriam ou não estar incluídas nestas contas.

Sem estes dados, sem uma resposta completa eu não me vou pronunciar em termos tão dramáticos como aqui foram feitos, gostaria que o Executivo desse resposta a isto."

Neste momento deu entrada na sala a Vogal Virgínia da Silva Veiga.


Vogal Raul Martins:

Novamente no uso da palavra, começou por salientar que a si pouco lhe interessa que as dívidas tenham surgido da melhor ou da pior coisa do mundo, o que para si é fundamental e que retira toda a credibilidade não só a este como aos Executivos anteriores, é o facto de terem nascido obrigações, terem nascido dívidas e nunca ter sido dito nada aos munícipes - "é óbvio que há mães solteiras, mas é muito chato que uma pessoa depois de se casar venha a ser informado três dias depois do casamento: olha está aqui uma coisita do passado que eu queria dizer... é que eu tenho quatro filhos". Para este Vogal, este é um

problema precisamente idêntico, pois em nenhum documento, e desafiou o Executivo a mostrar algum documento financeiro anterior, onde essa dívida venha referida. Destacou que nunca foi dito nada sobre esta matéria, considerando por isso que se tratou de uma pura e simples sonegação de factos que podem transformar a vida do município de um momento para o outro, passando de um município equilibrado financeiramente, a um município falido, e isso, em sua opinião é uma coisa muito grave que mereceria até desta Assembleia, que fosse instituído um inquérito para apurar, quando, quem e porquê se chegou a esta situação.

Vogal Olinto Ravara:

"Confesso que estou chocado com o que ouvi da boca do Sr. Presidente da Câmara. Foi preciso haver uma decisão judicial sobre um problema que se arrasta há sete anos e meio para nós sabermos hoje, porque não havia outra alternativa sabermos aqui que a situação da Câmara de facto é lastimosa do ponto de vista financeiro - é preciso vir aqui hoje para dizer que estes problemas não constam dos Relatórios, nem das Contas? isto é extremamente grave! e eu até aconselhava o Sr. Presidente da Câmara e este Executivo a ponderarem muito bem, se, por uma questão de dignidade não deveriam pôr os seus lugares à disposição..., muito sinceramente ponderem isso... não era preciso ouvir o que ouvi aqui hoje para dizer que iria votar contra este Relatório e estas Contas, porque qualquer pessoa vê, analisa as Contas e vê que há uma enorme derrapagem, na ordem dos 50% entre aquilo que está previsto e aquilo que foi realizado. E, não sei, e ponho em dúvida agora, se de facto terei feito bem em fazer passar o Plano de Actividades para 95 - é que já não me merece credibilidade nenhuma aquilo que a Câmara faz nesta matéria - não é possível de facto apresentar-se uma derrapagem desta natureza sem daí tirar as devidas ilacções políticas, e eu já as tirei. Por muita colaboração que se possa dar à Câmara, como aqui já foi referido, há factos que a ultrapassam em muito o mero relacionamento, e isto é uma coisa que não se pode brincar; então como é que se anda a enganar a cidade de Aveiro? não somos só nós aqui... como é que se anda a encobrir uma situação? quando se fala tanto de rigor, de transparência, quando o CDS-PP vem demagógicamente apregoar aos quatro ventos que está contra tudo e contra todos e que é a favor disto e daquilo, andar tudo nu na rua, então o Presidente da Câmara de Aveiro durante sete anos e

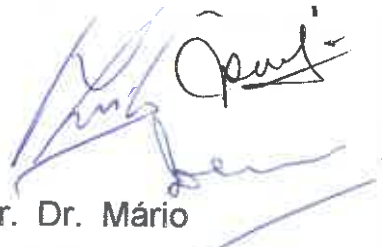


meio encobre uma coisa destas? meus Srs., isto não tem cabimento possível nem do ponto de vista legal, nem do ponto de vista político, e, eu reafirmo aquilo que aqui já alguém pediu - deve haver um inquérito muito sério, uma inspeção muito rigorosa a tudo o que se tem passado na Câmara, porque não é possível de facto que uma coisa dessas passe imune perante as nossas autoridades, ou andamos todos a dormir, não é possível! eu gostaria de deixar aqui o meu protesto muito veemente por aquilo que hoje foi aqui dito, e, não louvo o comportamento do Sr. Presidente da Câmara, que me descuple porque tenho muita consideração pessoal por si - o Sr. disse aqui hoje porque foi obrigado, porque não podia encobrir mais uma situação destas! porque de facto chegou a um ponto em que aguentar isto era uma bomba atómica que lhe estava a rebentar nas mãos, e o Sr. teve que a lançar para aqui, portanto a questão é esta."

Vogal Custódio Ramos:

"Perante aquilo que acabo de ouvir, qualquer cidadão ficaria no mínimo frustrado, eu além de frustrado, sinto-me desiludido, melhor dizendo enganado. Aqueles que têm responsabilidades em qualquer decisão ao nível municipal, incluindo os membros da bancada do CDS, hoje PP, sentirão certamente a mesma coisa, só que não terão obviamente o mesmo à vontade para proferir palavras de desencanto.

Os números não falam por si... os números são assustadores! são astronómicos! mas obviamente que eles terão uma determinada natureza, uma determinada origem e poderão porventura ter explicação, essa explicação será ou não aceite por cada um de nós, mas terão explicação, só que esta Assembleia deve exigir explicação. Começando pelas questões do IGAPHE e do ex-Fundo de Fomento de Habitação, diria que a Câmara de Aveiro, presidida pelo Dr. Girão Pereira, foi apontada anos e anos como um exemplo de promotora da habitação, só que, hoje perante estes dados, nós ficamos preocupados ou até desiludidos. Durante anos e anos a Câmara promoveu a habitação no concelho de Aveiro, os andares que se construíam nomeadamente no Griné, no Caião, Santiago etc, eram da responsabilidade financeira do ex-Fundo de Fomento de Habitação ou do IGAPHE posteriormente; mesmo quando as pessoas iam habitar aquelas casas, as rendas eram do IGAPHE. Quando Santiago, após uma primeira fase, houve um processo de falência de uma



empresa, ouve depois um encontro de contas em que o Sr. Dr. Mário Soares, era Primeiro Ministro e ele próprio outorgou na resolução do problema, creio que, dessa negociação transitaram praticamente gratuitamente para a Câmara de Aveiro todos os terrenos que integravam aquela grande parcela de território que outrora foi objecto de expropriação. Isto é, a Câmara de Aveiro beneficiou desses terrenos, implantou naquela zona de Santiago não apenas habitações e bem, implantou também equipamentos, para resumir a Câmara de Aveiro fez um brilharete, não compreendo como é que agora anos depois surgem dívidas tão avultadas a estes institutos. No que se refere à EDP, ainda muito menos compreendo; em 81/82, a maior parte das Câmaras do distrito e até do país eram devedoras de grandes importâncias à EDP; a Câmara de outrora, de 82, fez pressão para que o problema se resolvesse, em 82, se a memória não me falha a dívida à EDP, era de oitocentos e cinquenta mil contos em números redondos, aos quais acrescidos dos respectivos juros, a dívida seria na ordem de um milhão e duzentos e cinquenta mil contos, todavia, pensava-se na altura, os responsáveis da época, que tinha-se atingido o patamar necessário, o patamar suficiente para haver uma negociação com a EDP, ela ficaria com a rede de exploração de baixa tensão, e a Câmara ficaria com a dívida saldada. Neste pressuposto em termos gerais, celebrou-se um protocolo com a EDP que teve consequências políticas ao nível da região, na medida em que a Câmara de Aveiro, era aquela que mais resistia à EDP, e, na medida em que a Câmara ao negociar, ao "entregar-se", fez ruir todos os resistentes, Ílhavo, Estarreja, etc, tiveram que "entregar-se" também. Ficou-se na altura com a convicção de que, uma vez negociado o protocolo tudo ficaria solucionado. Eu recordo que a maior parte da dívida resultava do não pagamento da electricidade à EDP, isto é, numa óptica um tanto revolucionária que vinha desde 76, dado que as Câmaras tinham sido expropriadas do património e da exploração da EDP, pretendia-se que as Câmaras fossem revolucionariamente indemnizadas de terem sido expropriadas da exploração em baixa tensão, só que atingido esse patamar havia que não prosseguir na dívida - qual é o meu espanto hoje, tantos anos volvidos falar-se em dívidas tão gravosas em relação à EDP, faz-me lembrar que talvez a Câmara de Aveiro continuasse o processo revolucionário e desde 82 para cá, continuou afinal a não pagar a electricidade à EDP. Recordo

que no processo de 76 a 82 a Câmara comprava electricidade de alta tensão na ordem dos vinte e tal mil contos, que era transformada, revendia-a, e, a Câmara ao revendê-la fazia trinta e cinco mil contos, isso significa que a Câmara tinha lucros que não lhe eram devidos, mas não ganhava só os trinta e cinco mil contos, porque a Câmara na medida em que não pagava a matéria prima, ela então ganhava na ordem dos setenta mil contos. Foi uma época que muitos autarcas, alinharam nisto, porque era um processo de fazer ver que não estava certo; os Serviços Municipalizados, sendo-lhe retirado o direito de revender a electricidade em baixa tensão, e, como tal, era um processo revolucionário. O que não admito é que em 95, constatemos que afinal o não pagamento da electricidade à EDP tenha continuado e que tenha portanto aumentado a dívida até esse ponto. Compreendo agora que haja ruas às escuras no centro da cidade, compreendo agora que a EDP resista até esse ponto e, para terminar diria que fico de facto desiludido e fico sobretudo numa situação de marido enganado. Isto significa que hoje ruiu nesta Assembleia mais um muro, já tinha ruído o muro do Cojo, o Cojo foi um projecto que Girão Pereira, quis levar avante numa teimosia inexplicável durante dez anos, empatou-nos a decisão durante dez anos, bem ou mal, eu espero que bem, esse muro ruiu e, agora pela calada da noite ruíram os últimos mitos da gestão CDS, eu sei que hoje quem gere a Câmara é o PP, não é o CDS, espero que isto não seja só um trocadilho, espero que de facto as coisas mudem mesmo e, já que outros aqui falaram de inquéritos, eu, antes de chegarmos aí, a uma auditoria, a um inquérito, pedia à Câmara, penso que não precisaremos nós membros desta Assembleia, usar o Regimento, usar os poderes que a lei nos confere e daí que eu digo, solicito à Câmara que mande imediatamente elaborar um Relatório específico por cada um destes temas, em que nos conte os motivos, a história, desde a primeira hora os porquês, as políticas, tudo, a história até hoje; e depois de nós termos todos o conhecimento de tudo isso, faremos sim o nosso julgamento, espero que seja com justiça para todos os intervenientes neste processo."

Vogal Jorge Nascimento:

" Um pedido de esclarecimento Sr. Presidente. O Sr. Custódio Ramos, se eu bem me recordo foi Vereador até 82, o Sr. Custódio Ramos, mostra conhecimento claro da situação da EDP, portanto eu pergunto se

de facto o Executivo, nomeadamente o seu Presidente, a ele, de facto lhe ocultou os temas de tal maneira que lhe permitam agora dar uma explicação tão completa e exaustiva como ele agora fez?"

Vogal Raul Martins:


"Queria protestar pela forma como foi aproveitado este pedido de esclarecimento, para fazer uma verdadeira intervenção, em primeiro lugar; em segundo lugar queria dizer que, o que está aqui em causa são as relações do Executivo com esta Assembleia Municipal, e, não está em causa as relações do Executivo entre si, e, é isso que nós estamos aqui a discutir."

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Srs. membros da Câmara Municipal, Srs. Vogais, hoje a máscara caiu...! o próprio Dr. Nascimento, defensor officioso e de serviço constante da Câmara Municipal, hoje, factor sintomático, limitou-se a aguardar qualquer posição a tomar sobre esta matéria, até obter conhecimento integral dos dados do problema. Sucede porém que o Dr. Nascimento, tocou precisamente no ponto fulcral que nos tráz aqui hoje e que nos indigna a todos. É que constatamos hoje, que a Câmara Municipal durante anos sonegou dados fundamentais para esta Assembleia, durante anos falsificou, porque esta é a verdade, a sonegação é uma falsificação... a Câmara Municipal, sonegou até ao limite da sonegabilidade estas verbas que hoje nos tráz; e, só hoje, confesso Sr. Presidente e Srs. Vogais, confesso que só hoje percebi porque é que o Dr. Girão se candidatou ao Parlamento Europeu, porque o Dr. Girão, podem todos eventualmente vir alegar que não sabiam dos dados do problema, o Dr. Girão, sabia! e o Dr. Girão jamais abordou esta questão, e, consciente desta situação, sabia que a sonegabilidade tinha um ponto final, chegou hoje... e, é por isso que eu pretendo saber Sr. Presidente, qual o conhecimento que V. Ex^a tinha desta situação? ou seja, se era conivente com ela, ou se é à nossa semelhança uma vítima dela e está apenas com a estupefacção precedida de alguns dias, era desse esclarecimento que eu penso que era fundamental, e, já agora uma vez que parece que o órgão não desmerece a credibilidade que até agora nós o tínhamos, se existem algumas outras dívidas ou alguns outros montantes que também entenda por bem esclarecer."

Vogal João Pedro Dias:

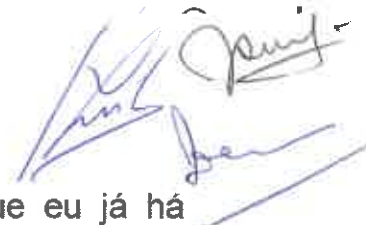
"Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, queria começar esta intervenção, sobre a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, naturalmente centrando-me na questão essencial que foi abordada e que está a ser abordada e que tem a ver com a situação económica e a situação financeira: permitam-me todavia que comece por refutar algumas extrapolações de cariz meramente político ou partidário que aqui foram feitas, que eu creio completamente absurdas e a despropósito, porquanto municípios em má situação financeira abundam infelizmente pelo nosso país, municípios em má situação financeira são hoje geridos por todas as forças políticas e portanto creio que as extrapolações político ou partidárias feitas nessa precisa matéria carecem de fundamentação. Fechado este parentese introdutório, eu pretendia ir ao essencial da questão; e o central da questão, do meu ponto de vista tem a ver com as informações que aqui foram hoje trazidas à Assembleia. Ao contrário do que já aqui foi dito, não me atrevo nem a felicitar nem a louvar o Sr. Presidente da Câmara por aquilo que ele hoje aqui nos disse. Se a situação descrita corresponde à situação real, ponho este se, eu creio que o Sr. Presidente da Câmara não é credor nem de louvores, nem de felicitações, nem tão pouco de críticas, limitou-se a cumprir o seu dever que era informar a Assembleia do estado a que a situação financeira chegou. Só que, porque não estou numa área que domine e porque não estou numa área dentro da qual me sinta particularmente à vontade, que há determinadas coisas que eu não compreendo, e, é por isso que, em face do que aqui foi dito a minha reacção é de grande surpresa, porque há coisas que eu não entendo, e porque como há coisas que eu não entendo, gostava que mas explicassem e só depois de alguém mas explicar é que eu me atreverei a fazer um juízo definitivo. Não entendo, é evidente que entre nós é regra dizer-se que a culpa que morreu solteira, mas eu não entendo como é que verbas desta dimensão podem andar ano após ano a não serem inscritas nos documentos oficiais, eu não entendo, estando a contabilidade da Câmara Municipal, sujeita a um controle de legalidade e de mérito, eu não concebo como é que é possível estes montantes não estarem nos documentos, eu não concebo como é que é possível, instâncias oficiais de credibilidade, Tribunal de Contas, Serviços do Estado e Inspeções do Estado, que já andaram pela nossa Câmara, não




percebo como é que é possível ser isto verdade, tendo durante tanto tempo permanecido no desconhecimento da Assembleia. E, é porque isto me parece grande demais para ser verdade, que eu aguardo os esclarecimentos, porque também devo dizer que não me sinto esclarecido, nem me sinto satisfeito com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que me pareceu, digo-o com toda a frontalidade, curta demais para montantes desta envergadura. Porque não quero e porque penso que a Assembleia não está legitimada neste momento para fazer um juízo final e definitivo sobre a questão, eu penso que há aqui questões, no fundo eu subscrevo quase integralmente a intervenção do Sr, Custódio Ramos, a parte final pelo menos, também gostava de, enquanto membro da Assembleia ser confrontado com uma informação minuciosa e detalhada sobre a razão de ser disto; mas uma informação minuciosa e uma informação detalhada que ouvisse todas as partes, que ouvisse quem sobre a matéria algo que tem a dizer, e uma informação que não se baseasse em juízos apriorísticos, em juízos em condenações antecipadas, porque parece-me que o assunto é sério demais para entrarmos por aí. Portanto Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. membros da Assembleia, eu sinto-me neste momento, em face das informações dadas, sinto-me sedento de mais informação, e, é essa informação que eu peço que seja dada, aqui e agora, ou na altura tida por adequada, por forma a que, quem desta Assembleia não fazia parte e pela primeira vez é confrontado com esta situação, possa vir a emitir um juízo mais fundamentado sobre o assunto."

Vogal Nuno Tavares:

"Pois é Sr. Presidente, estamos todos estupefactos, não que para muitos de nós isto tenha sido uma completa surpresa, e, poderia parecer à primeira vista que as bancadas da oposição se iriam regozijar com tudo isto - não nos regozijamos...! reconhecemos agora, que ao longo destes anos afinal tínhamos razão. O embaraço da bancada do Partido Popular é total, e, aí, ainda se acentua mais a minha tristeza... com a frontalidade que costumo pôr naquilo que digo e naquilo que faço, não enjeito nem recuso e assumo completamente, o percurso comum que durante anos tive com alguns membros da Câmara Municipal e com alguns membros da Assembleia Municipal, a alguns dos quais me ligam laços de apreço e de estima, alicerçados ao longo de combates comuns -



não contexto nada disso; mas, a partir do momento em que eu já há bastantes anos, já há alguns anos, primeiro porque a dúvida se foi levantando em mim mesmo, e, as coisas eram tão flagrantes que me pareciam impossíveis de acreditar, mas cheguei a uma conclusão - durante anos, nesse percurso que desinteressadamente eu fiz, eu senti-me verdadeiramente enganado, e, agora vem a verdade ao de cima - afinal aquela gestão que se pautava pela competência, pelo rigor, pela transparência, pela verdade, caiu de repente... desfez-se este mito... quando ao longo destes anos as bancadas da oposição procuravam questionar, perguntar, apontar, possivelmente muitas vezes acusar, éramos tidos como alarmistas, senão mesmo como, não direi mentirosos, mas pelo menos estando com má intenção, com propósitos velados. O meu amigo Dr. Simões Dias, diz que há coisas que não entende, e, eu também nessa maneira não entendo, o Tribunal de Contas não tem nada com isto, o Tribunal de Contas é um órgão que se pronuncia sobre a legalidade formal das coisas, pelo respeito pela lei etc., como é que isto tudo é verdade? é o próprio Presidente da Câmara em exercício, que o reconhece... aflito como ele está... e nós estamos aqui para o ajudar! nós queremos que esta Câmara faça um bom trabalho, não por nós, mas pelos cidadãos aveirenses, pela nossa comunidade. Eu diria em resumo, que sendo toda a questão política, no fundo, a questão assume naturalmente o aspecto de confronto político, politicamente isto afinal ao longo destes anos todos foi uma burla! nós sentimo-nos completamente burlados! e, diria mais, se em Bruxelas, eu há poucos meses tive ocasião de ver o Sr. Dr. Girão Pereira, Presidente da Câmara Municipal, embora com mandato suspenso, é ele o Presidente da Câmara Municipal, muito bem vestido, parecia outro! aqui em Aveiro... o Presidente da Câmara, aqui em Aveiro vai nu! não vai vestido... está nu! despido! foi aqui posto claramente a nu. E, Sr. Presidente em exercício, com toda a consideração, com todo o apreço, dizer-lhe - ou realmente tira as conclusões óbvias do que aqui tem sido dito esta noite, e, como disse o meu colega de bancada Dr. Olinto Ravara, outra solução não lhe resta senão pôr o lugar à disposição, ou então, terá que romper definitivamente com o passado, que é disso que se trata, alguns dos membros da oposição sentiram-se aqui muitas vezes enxovalhados! quando tentavam questionar e apontar as feridas, apontar os podres, ou então Sr. Presidente da Câmara tem que romper com o



passado, fazer um verdadeiro golpe de rins, e, nós adversários políticos, mas querendo também colaborar consigo na sua tarefa, estaremos aqui nessa altura para o ajudar!"

Vogal Fernando Rocha Andrade:

"Minhas Sras. e meus Srs., há uma frase que vai ficar concerteza a marcar esta Assembleia, que foi, curiosamente proferida por um membro da bancada do CDS-PP, quando disse: "municípios com dificuldades financeiras, há-os de todos os Partidos"; bom, até há alguns meses este município tinha dificuldades financeiras que lhe advinham simplesmente de problemas conjunturais que tinham a ver com algumas cobranças de receitas, e, de um dia para o outro, como se tivessem ido uns ratoneiros ao Cofre da Câmara Municipal, aparece de repente um buraco monumental de: eu sei lá! dizem-me aqui de dois milhões e novecentos mil contos, eu sei lá! se ontem eram trezentos e não sei quantos mil contos, agora são dois milhões e novecentos mil, amanhã, dá a impressão que a taxa de juro em Aveiro, é altamente elevada e a dívida a acumular os milhões de contos diários, não sei! e esta Assembleia fica um pouco como o marido enganado, é o último a saber, porque há uma coisa que eu não acredito; é que as entidades que tão generosamente negociaram diminuições da dívida, da ordem dos 50%, essas entidades concerteza que sabiam da situação da Câmara Municipal, porque trataram a Câmara Municipal de Aveiro como se trata um falido, ou seja, declara-se a dívida incobrável, e, tudo aquilo que se conseguir cobrar é lucro! quando se reduz uma dívida de um milhão e duzentos e tal mil contos, para setecentos mil, é porque manifestamente as entidades conhecendo a situação da Câmara não tinham a expectativa de vir a cobrar à Câmara grande coisa. Perante isto, em que parece que a Assembleia Municipal é a última a saber e que, ao contrário do que seria de esperar, já nem aqui assacamos a Câmara por uma contabilidade, por uma gestão corrente que quase merece ser declarada zona de calamidade pública, aquilo que nós temos que pedir é uma fiscalização independente, que nos possa dizer, se, quando nós votamos documentos deste género, podemos ter a certeza de os discutir com seriedade, e, não pensar que por baixo deles há não sei quantos milhões de contos que permanecem escondidos. E, enquanto uma entidade independente não esclarecer as responsabilidades quanto a esta questão, duas consequências: primeira, não pode haver nenhum debate

sério nesta Assembleia à cerca de contas; segunda, é altamente questionável a legitimidade para ocuparem os seus cargos, de todas as pessoas intervenientes neste processo."

Vogal Sérgio Esperança:

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados Municipais, os factos já escalpelizados hoje aqui são extremamente graves, já toda a gente o disse, não vou repetir-me, inclusivamente alguns dos factos que pretendia na minha intervenção foram já longamente aduzidos, mas, não podemos calar também a nossa posição aqui. Estamos como já foi dito também, estupefactos... a nossa surpresa é enorme... haveria já alguns indícios de que as coisas não estariam completamente bem, hoje tivemos a confirmação absoluta desse facto. Também não posso deixar de manifestar alguma surpresa perante o alheamento ou o desconhecimento, da parte dos elementos do Executivo desse tempo, mas também me surpreende que os Vereadores da oposição da altura não estivessem atentos e tivessem deixado passar estes factos. Talvez, e, o benefício da dúvida lhes dou, lhes tenha sido escamoteado como já aqui foi dito - se assim foi, nada a fazer. Mas a gravidade da situação já foi claramente enunciada, mas eu penso que a gravidade da conduta, do procedimento, não pode deixar de ser qualificada de lamentável, e, mais do que isso, inadmissível num órgão democrático. Também já aqui foi dito que a população de Aveiro foi enganada, esteve-lhe a ser escondido um facto extremamente grave, mas Srs. Deputados Municipais, tão grave, que me desculpe a população, como isso, é a gravidade do calar, do escamotear, do sonegar, e outros sinónimos que eu não vou aplicar, já chegam estes, de esta Assembleia Municipal, este órgão representativo da população de Aveiro, ter estado fora do conhecimento mínimo desta situação - não é possível calar este facto gravoso, de como se põe fora de uma situação extremamente grave esta Assembleia Municipal. Sr. Presidente da Câmara, são necessários a este órgão e à população de Aveiro, mais esclarecimentos sobre estes factos. Terá ou deverá o Executivo que nos prestar esses esclarecimentos, temos que ter um conhecimento completo, cabal, desta situação e desta conduta. É absolutamente necessário tirar as ilacções desta conduta e desta situação. O Executivo neste momento tem de ponderar e tem de revelar a este órgão, qual a atitude que pensa, ou já deliberou tomar."

Vogal Manuel António:

"Estou nesta Assembleia Municipal vai para seis anos, e, durante este tempo todo tenho falado em assuntos que me preocupavam, como eram os passeios, as bicicletas, o trânsito, as ruas, terem mais ou menos luz, os subsídiosinhos as colectividades e outras coisas assim, quando afinal havia assuntos muito mais importantes que nós devíamos discutir. Foi dito também aqui pela bancada do CDS-PP, que "municípios em má situação financeira abundam por este país", eu acho que isso é verdade, nós não nos podemos é contentar com isso, porque muitos desses municípios sabem em que situação é que estão, e, o nosso grande problema, e agora desculpem-me o paralelismo com o desporto, com o futebol, é que nós estávamos a pensar que estávamos na primeira divisão, e por isso a lutar pelas competições europeias, e afinal estamos em risco é de cair nos distritais. E esse, é que penso que é o grande problema, é que todos nós que estivemos aqui enganados, estivemos aqui a discutir durante este tempo todo pequenos problemazinhos, quando afinal tínhamos problemas bastante grandes que não estávamos a resolver, que nem sequer sabíamos da sua existência, e isso considero que é muito grave principalmente para esta Assembleia. Por isso eu apoio completamente a sugestão do Sr. Custódio Ramos, quando sugeria que houvesse a elaboração de um Relatório sobre cada uma das dívidas, de maneira a que esta Assembleia pudesse saber no concreto de quem é a responsabilidade, quais são os montantes da dívida, como é que se vai resolver este problema, porque eu penso que não podemos agora numa situação destas caírem todos em cima da Câmara, crucificar os culpados, penso que estamos numa situação de nos termos que unir para resolvermos esta questão."

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, Srs. Vogais, estou nesta Assembleia há muito pouco tempo, comparado com a maior parte dos meus colegas, dá-me a sensação hoje, de que para muitos de vós e um pouco para mim também, surgiu algo que, nas palavras dos oradores que me antecederam, inesperado, algo que caiu dos céus, algo com que ninguém contava... a mim também me aconteceu isso, algo que eu também não consigo entender, também não consigo compreender e gostaria de o fazer enquanto membro desta Assembleia Municipal eleito, poder debruçar-me

A. P. P.
P. P. P.
P. P. P.

a sério sobre este problema, sobre esta matéria. Entendo que a Câmara está em condições de mostrar a esta Assembleia que é honesta na sua apreciação, que é honesta no seu relacionamento, e, a maior prova de que é honesta no seu relacionamento para com esta Assembleia, foi a coragem política assumida pelo Presidente desta Câmara ao confrontar esta Assembleia com uma situação que muitos de nós não conhecíamos. Acho que isso é de louvar, provavelmente dirão que outros não a tiveram e provavelmente eu também concordarei, simplesmente estamos como dizia alguém antes de mim, numa situação que nos conduz a um beco sem saída, ou andamos para a frente e batemos na parede ou voltamos para trás e somos confrontados com o passado como os Srs. dizem, eu nem quero andar para a frente e bater na parede, e não quero andar para trás e ser confrontado com o passado pelo qual eu também não sou responsável, penso que temos que dar o salto para o ar, pronto isto é uma figura se calhar um bocado apalhadada, é uma figura que se calhar não tem cabimento, mas eu posso explicar porque é que penso desta maneira - nós não temos neste momento em Aveiro uma cidade que nos envergonhe, nós temos Aveiro uma cidade que cresceu, Aveiro uma cidade que se desenvolveu, de acordo com uma ideologia política talvez diferente da vossa, talvez muito mais semelhante à minha, temos uma cidade que evoluiu, que cresceu, que tem uma relativa qualidade de vida, na qual, e, eu falo por mim, dá gosto viver porque eu gosto de cá viver. De maneira que, tudo o que aqui foi dito pode ter um fundamento de verdade e eu não duvido que o tenha, mas também tem contrapartidas, e, são essas contrapartidas que importa talvez realçar um pouco por forma a nós não sairmos daqui como a avestruz, com a cabeça debaixo de terra, eu não vou de certeza sair daqui com a cabeça debaixo de terra, porque eu tenho orgulho na obra que o meu Partido de alguma maneira conseguiu fazer nesta cidade, discordem os Srs. que estão no vosso legítimo direito, mas eu tenho orgulho na obra que vejo e tenho o meu direito em dizer isto. Penso que temos que apostar decididamente na capacidade já aqui demonstrada pelo Presidente da Câmara, Professor Celso, em dar a cara e se calhar aqui até se aplica a expressão tantas vezes utilizada pelos Srs. desse lado, em que caiu a máscara, se calhar caiu a máscara... o que os Srs. estão é a ver a cara do Presidente da Câmara... e foi com esta cara que ele aqui vos veio dizer qual era a situação real deste momento, e, é

com esta cara que ele vai continuar no mandato até ao fim, e, é com esta cara que ele nos irá aqui demonstrar mais uma vez que tem toda a capacidade, que tem toda a legitimidade, e, mais do que isso, tem toda a boa fé e toda a boa vontade no exercício da Presidência da Câmara de Aveiro - ao Professor Celso, a minha palavra de apoio incondicional, sabendo no entanto que vai ser capaz de responder positivamente ao pior repto como alguns lhe chamaram, que esta Assembleia lhe lançou e que eu aqui reitero - esclareça-nos Professor Celso, e nós aqui estamos para o apoiar, com essa cara e sem máscaras."

Vogal Jorge Nascimento:

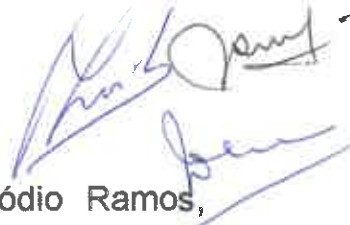
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, a oposição trouxe aqui, penso que justificadamente enquanto oposição, posições acaloradas, inflamadas mesmo, justificadas pelo seu estatuto de oposição; isto não quer dizer que essas posições sejam sustentadas, porque, a meu ver, neste momento, elas não têm para já o sustentáculo factual que justifique posições tão acaloradas - a única falha que aqui poderá haver, é, tão só e simplesmente, que algum Presidente, e digo poderá haver, ponho isto em dúvida, ter durante algum tempo não dado a conhecer uma existência de um litígio. Mas, eu, devo dizer meus Srs, que ponho em dúvida que isso tenha acontecido. Foi aqui desvelado nesta Assembleia por um ilustre, hoje Deputado Municipal, outrora ilustre Vereador, refiro-me concretamente ao Sr. Custódio Ramos, que fez uma explicação acabada da constituição de uma dívida que hoje aqui está em causa; isto, permite-me dizer que, o nosso Presidente Dr. Girão, não ocultou tanto as coisas que não permitissem a um Vereador vir aqui dizer como era constituída esta dívida.

Segunda questão, admitamos como base de raciocínio que o nosso Dr. Girão, Presidente da Câmara, que durante tempos tratou ele do assunto desta oposição à EDP, ao IGAPHE e ao INH. É importante que se saiba porquê se opôs - se a dívida realmente se justificava ser paga? sem isso, todos os raciocínios que aqui forem expendidos, meus Srs, eu tenho de dizer que não deixam de ser gratuitos! Ainda que o Dr. Girão, tenha em algum momento, em relação a estas questões concretas, se tenha debatido com o não pagamento, pelos vistos isso andou em processo judicial, e, eu recorro que os processos judiciais são públicos, portanto já por essa via isso não era tão oculto como isso. A alternativa era, em vez

de se debater judicialmente com uma dívida, e, eu tenho de admitir que ninguém vai para juízo sem pensar pelo menos que tem razão que lhe assista para fazer vingar as suas teses. O Presidente da Câmara, Dr. Girão, sustentou durante anos pleitos judiciais, que, como disse e repito são públicos; importará saber no decurso desse tempo que obras alternativas ele fez, e, eu, nesta questão concreta do IGAPHE e do INH, desafio aqui formalmente os Srs. Deputados Municipais, a dizerem: quantos municípios da dimensão do município de Aveiro, construíram cerca de um milhar de fogos para a Habitação Social? debateram o problema das barracas, que praticamente não existem em Aveiro? e se não fosse esse progresso em construção, certamente, elas se existem existiriam em maior número. Portanto, há que averiguar se de um lado temos passivo, temos que perguntar qual é o activo, e não só o activo patrimonial, porque para mim e para o meu Partido, conta muito mais o activo humanístico. Que serviço este Presidente prestou à população de Aveiro em termos de lhes facultar habitação condigna?

Falou-se aqui em termos de burla, as pessoas podem pensar que o nosso Executivo andou por aí a meter dinheiro ao bolso, falou-se aqui de engano falsidade etc - nada disso! tudo isso no meu entender, as coisas ficam mal só a quem as diz, porque quem as houve saberá entender qual a dimensão do problema.

Sem que, sejam ouvidos todos os intervenientes nisto e até porventura o directamente visado, acho que todos os juízos aqui explicitados são prematuros, porventura poderão vir a ter confirmação, mas até lá eu tenho por princípio que todo o réu é inocente até prova em contrário, e, entendo que os elementos trazidos aqui à colação a esta Assembleia, são de todo em todo insuficientes para se fazerem juízos tão acalorados, que isso sim, a mim e à minha sensibilidade me chocam profundamente - digo assim, político? eu se nunca tive aptência para ser político, nestes cargos, deixaria de os ter com procedimentos assim, devo confessá-lo expressamente - choca-me atitudes como as que aqui foram tomadas...! porventura poderão vir a ter confirmação, mas até lá eu acho que são completamente prematuras. De resto, estou-me agora a lembrar, os Executivos são órgãos colectivos, e, a mim custa-me a crer sinceramente, como é que se arrasta um pleito judicial durante tanto tempo, sem que, isso possa ser do conhecimento da Vereação local."


Ramos

Novamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, esclareceu que o que disse foi o seguinte: "em 82 foi negociado com a EDP a solução da dívida, e isso constituiu parangonas de jornais, esta Câmara foi pioneira na resolução do seu problema da dívida à EDP, e, nós Vereadores da época com aquela negociação, com pompa e circunstância ficámos convencidos que estava tudo saldado, a única coisa que ficou para acertar, era, nos três anos subsequentes, da saída dos Serviços Municipalizados daquelas instalações provisórias, e, aí acertar-se-ia a verba definitiva, até porque era preciso analisar o património de um lado e de outro, para acerto de contas. Todavia, toda a Vereação ficou convencida que no ano de 82, a coisa estava pelo menos congelada, e, o que este Vogal disse foi que, se porventura até aí revolucionariamente seria lícito, como muitas Câmaras fizeram, não proceder a certos pagamentos, já não seria lícito depois de celebrado o protocolo, continuar-se como parece à primeira vista, com a dívida nos anos subsequentes. A finalizar, salientou que o que disse foi precisamente o contrário, esclarecendo ainda que o seu mandato foi até Dezembro de 85."

Vogal Raul Martins:

"Em primeiro lugar para dizer que estava muito contente porque a posição inicial da bancada do CDS, pareceu-me apontar no sentido de uma grande dignidade, isto é, o Sr. Dr. Simões Dias e também o Sr. Machado, na fase inicial mostraram-se efectivamente estupefactos e, também indignados de alguma forma com isto que aconteceu aqui hoje. De facto, embora peque, porque tardia a posição do Presidente da Câmara, enfim, levou até ao máximo aquilo que podia esconder, só deixou de esconder quando não podia esconder, e, mesmo assim disse-o. De facto para o fim as observações feitas pelo Sr. Diogo Machado, e então pelo Sr. Dr. Nascimento, deixam-me de alguma forma perplexo.

Já agora, e, para que isto fique claro, e já agora que o Sr. Presidente vai falar, eu gostava de perguntar, se tudo o que estava sonogado já foi dito? ou ainda há mais alguma coisa para dizer? ou será que numa próxima reunião nós vamos ser confrontados com novas revelações, novos segredos até agora tão bem guardados - é importante que se faça isso.

Achei também muito interessante a posição de dizer que os Vereadores também sabiam. Eu dou aqui, sempre dei, acho que o

Professor Celso Santos, nosso Presidente da Câmara, é uma pessoa moralmente idónea, e, só compreendo a posição dele aqui, se ele não sabia anteriormente, porque se ele me disser que sabia anteriormente, eu serei o primeiro aqui a pedir a sua demissão, e, mudarei completamente a opinião que até hoje tinha sobre a sua pessoa. Mas o Professor Celso Santos, era o braço direito do Dr. Girão Pereira - então como é que pode ser? o braço direito não sabia o que se passava? um Vereador da oposição, sabia integralmente aquilo que se tinha passado...! é para mim, muito estranho que se tenha utilizado este tipo de argumentação. Mais interessante é a posição de dizer que o assunto andou pelos Tribunais e por isso toda a gente deve saber dessas coisas; eu então, proponho aqui ao Sr. Presidente que crie um Serviço de Acompanhamento Judicial, para saber quais são os pleitos contra a Câmara, em termos financeiros, e, nós então passamos a ser informados de viva voz, de quanto são as dívidas da Câmara, eventualmente se isso fôr julgado tudo na barra dos Tribunais, porque penso que há alguns acordos foram feitos fora da barra do Tribunal.

Sr. Diogo Machado, eu, se estivesse no seu lugar e se estivesse neste momento como elemento da bancada do CDS, confrontado com estas situações, não dava saltos para o ar, enterrava-me, envergonhava-me, e, era isso que o Sr. Diogo Machado devia fazer, devia esconder-se, envergonhar-se, não tentar defender aquilo que não tem defesa, porque o Sr. se calhar, ficou tão surpreso quanto eu, quando ouviu do Sr. Presidente da Câmara estas revelações, e, se isso é grave para um membro da oposição, mais grave é para os elementos do próprio Partido, a não ser que o Sr. Diogo Machado, me diga aqui que já sabia de tudo até este momento.

Quanto ao facto do Sr. Presidente da Câmara fazer já aqui neste Relatório uma ligeira menção a que, há para aí uns três milhões de contos, por resolver, fala assim de uma forma tão ligeira que até parece que são cinco tostões, porque as contas de cento e cinco escudos, essas, estão perfeitamente discriminadas.

Quanto ao inquérito, eu acho, e não sairei daqui sem veementemente solicitar um inquérito, esse inquérito, não tem de ser, para mim, um inquérito realizado pelo Estado, mas terá sempre no meu entender de ser realizado por uma entidade independente, nomeadamente

uma entidade independente que dê provas de poder fazer uma auditoria às contas do município, com alguma verdade. Como posso eu confiar num Relatório feito pelos Serviços, que o Dr. Girão Pereira, me disse aqui uma vez, que estavam ao serviço do município e desta Assembleia, tanto quanto ao seu próprio serviço? e me sonegaram também, porque de certeza esses sabiam, todas estas situações.

Apelo a todos os elementos de todas as bancadas, que, se efectivamente quiserem resolver este problema bem, votem aqui favoravelmente a proposta de serem auditadas as contas do município, e, nomeadamente estes casos, para se apurar toda a verdade daquilo que se passou e da situação em que vivemos actualmente, e, que essa entidade seja, obviamente não uma entidade interessada ou interesseira, mas uma entidade independente."

Vogal João Pedro Dias:

"Creio que uma Câmara que tráz aqui com toda a abertura e com toda a transparência a situação que agora encontra, a ser verdade, talvez não mereça já que as sua contas sejam auditadas por entidades terceiras. Penso que esta Câmara teve perante a Assembleia, a postura de maior abertura, de maior transparência, de maior frontalidade e de maior seriedade, dizendo assim: "é provável que isto exista"; não vejo Sr. Dr. Raul Martins, que, neste momento isso se justifique."

Neste momento saiu da sala o Vogal Simões Madail.

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, apenas para dizer que compreendo o incómodo que um assunto destes traga a todos nós e em particular aos responsáveis do PP. Agora, o que eu não posso compreender, é que, perante um assunto desta gravidade, alguém venha aqui dizer que a única falha foi um Presidente, em determinada altura não ter dado a conhecer a existência de um litígio, como que a dizer que isso era um pecadilho, era talvez feitio pessoal, um feitio que era revelador de um estilo de liderança muito próprio, que de facto não tinha grandes problemas e que, em contrapartida lá estavam mil fogos ali em Santiago, para testemunhar que foi feita obra e que nada foi para o bolso; ninguém disse é evidente, nem esteve aqui a sugerir tão pouco que fosse alguma coisa para o bolso, não é isso que está em causa. Agora, se isto é assim tão simples, se a ligeireza de raciocínio conduz-nos de facto a uma saída

que se assemelha a uma avenida, ou, assemelha-se a um salto para o ar, então eu proponho, não um inquérito, mas que se faça uma exposição à Procuradoria Geral da República, porque de facto quem não deve não teme."

Neste momento saiu da sala a Vogal Virgínia Veiga.

Presidente da Câmara:

"Vou ser breve porque as questões que se levantam aqui são capazes de não ter o esclarecimento completo sobre os assuntos que levantei, mas indicarei uma posição a tomar pela minha parte, relativamente áquilo que eu não pude agora neste momento dizer. Tenho muita dificuldade para me explicar sobre este assunto, e, queria dizer com toda a franqueza que, eu, pessoalmente não tinha conhecimento desta situação concretamente, nunca me recordo, não sei está aqui o Eng^o Vítor, discutimos estes assuntos estes assuntos em reunião de Câmara, como aconteceu com o Sr. Custódio Ramos, na altura em que houve esse protocolo com a EDP . Foram assuntos que o Sr. Dr. Girão tomou ao seu cuidado, e que pretendeu naturalmente resolver da melhor forma "fugindo" aos custos destes empréstimos contraídos com a Habitação Social, estou convencido disso. Que tenhamos discutido, eu não tenho ideia nenhuma do o ex-Fundo de Fomento de Habitação, e, a partir de Janeiro, portanto o tempo foi ainda muito curto, sou confrontado nestes últimos tempos já com algumas comunicações do Tribunal Tributário, relativamente ao ex-Fundo de Fomento de Habitação e ao IGAPHE. O IGAPHE, que se trata de créditos que resultavam em favor do IGAPHE, e, em favor da Câmara, melhor dizendo eu depois aprontarei um Relatório sobre isto para trazer à Assembleia, mas para esclarecer e ficar um pouco mais claro aquilo que eu pretendi dizer à bocadinha, o IGAPHE, foi o primeiro assunto que eu tomei conhecimento, devia-se a créditos que o IGAPHE tinha, relativamente a terrenos de Santiago, para Habitação Social e a terrenos para as Piscinas do Beira-Mar, era um crédito que o IGAPHE tinha perante a Câmara. A Câmara Municipal por sua vez, tinha créditos em arranjos exteriores nos jardins de Santiago, nos terrenos do Griné e do Caião, e foi portanto daqui que resultou uma primeira proposta que estaria entre os duzentos e setenta e seis mil contos, com os juros depois da diferença que dizia respeito ao IGAPHE, que não foram sendo pagos, não foram sendo negociados. O encontro final, e, esse já feito por mim, quando detecto e

como detecto, é numa visita que eu faço ao IGAPHE, exactamente para ir buscar a importância gasta pela Câmara nos jardins, porque foi a Câmara que acabou os jardins, com o acordo estabelecido com o IGAPHE, com a concordância do IGAPHE. Houve o cuidado de, o mais rapidamente encontrar uma solução, na medida em que decorriam os prazos em termos de acção judicial interposta pelo IGAPHE. Portanto o meu dever, eu senti que nessa altura devia ser negociar de imediato e evitar de facto cauções e outras situações que seriam levantadas pelo Tribunal. Esta é com clareza, aquilo que se passa relativamente a este, e, relativamente ao ex-Fundo de Fomento de Habitação, tomei conhecimento também, pelas questões levantadas recentemente pelo próprio Tribunal, devem-se a empréstimos contraídos pela Câmara Municipal para as habitações do Canha e Azurva, são habitações que estão construídas, eu ainda nem estava na Câmara, nem o Engº Vitor Silva, numa proposta inicial o débito era de quatrocentos e três mil contos, e que a posição final, é hoje de um milhão duzentos e quarenta e sete mil contos. Neste momento, de acordo com contactos feitos com a Caixa Geral de Depósitos, que é hoje quem lidera o processo, a proposta pode vir a ser de setecentos e sete mil contos, e, a pagar depois em prestações.

A minha preocupação como Presidente de Câmara, é pegar nesta "herança", dar-lhe andamento e tentar resolvê-la da melhor forma.

Porque é que isto não aparece no Relatório? porque também não sabia o que é que havia de pôr no Relatório, porque ainda não está confirmada a dívida neste momento. Há ainda umas negociações em curso, que eu assumi de imediato e portanto não tenho o resultado concreto para estar a pôr no Relatório.

Relativamente à EDP, já aqui foi feita também uma explicação pelo Sr. Custódio Ramos, houve de facto uma negociação inicial e que depois não é cumprida por parte da Câmara, em termos de pagamento de luzes, deixa de haver pagamento de luzes, fica nesse acordo inicial um contributo mensal de oito mil contos que são debitados no FEF, é um assunto de que eu enfim tinha conhecimento que havia falta de negociação, de término dessas negociações, de cumprimento, isso de facto ouvia falar, mas foi também um assunto, e o Engº Vitor tem acompanhado, e o Dr. Girão assumiu e digo e repito, com a melhor das intenções naturalmente de resolver os problemas. Recordo-me de uma vez

por outra falar-se na necessidade das negociações da EDP, até porque sentíamos alguma animosidade ou pelo menos algum abandono das nossas necessidades pela própria EDP, e, pensávamos - será por não termos ainda feito a negociação como fizeram as outras Câmaras? foi assunto que nunca esteve na minha mão, como toda a gente sabe, fui Vereador da Cultura. mas nunca tive na minha mão directamente estes assuntos, e, foram assumidos, naturalmente bem assumidos, porque o Dr. Girão era pessoa que assumia, julgou que os resolvia, a verdade é que a situação chega aqui e está agora a ser aqui posta. Não há aqui mais conhecimento concreto do desenrolar da situação, dos contactos, dos números e por isso mesmo, também nestes Relatórios não vem referido. Não podia deixar andar este assunto por mais tempo, na medida em que a partir de Janeiro, tomei a assunção, digamos assim, de encontrar soluções e evitar os Tribunais, na minha boa fé para encontrar uma solução, encontrar o que é que se deve e, arranjar condições para ir pagando o que se deve; isto é do conhecimento de toda a Câmara, temos dialogado já em reuniões de Câmara, a partir do momento em que começo a entrar neste processo, é do conhecimento de toda a Câmara.

Falou-se aqui também do património; não há dúvida nenhuma de que todo este investimento foi feito em termos de habitação, foi um bem, e que hoje é um património que vale muito mais milhões do que aqueles que estamos aqui a falar.

Não temos qualquer dúvida em trazer à Assembleia, a todos os membros, um Relatório sobre cada um dos destes aspectos para que fique perfeitamente clara a situação. Não é fácil, porque eu estou ainda a entrar neste processo e verbalmente também não venho preparado para o fazer, embora soubesse que iria ser discutido, uma vez que eu iria alertar para esta situação, mas não me parece que esteja consumada essa dívida, que seja concretizada, porque se calhar até pode diminuir ou pode aumentar, conforme o resultado das negociações.

Não há ainda neste momento qualquer decisão judicial, isso também terá levado a que as coisas se fossem atrasando nas negociações, à espera naturalmente que os Tribunais tivessem posições favoráveis à Câmara.

Portanto a posição a tomar da minha parte, é fazer um Relatório de cada um destes sectores, e trazer à Assembleia, para ficar clarificada a situação.

Pergunta se há mais dívidas, eu ainda não considero estas como dívidas consumadas, mas há mais dívidas, há de facto as que constam no Relatório.

Penso que isto fica mais esclarecido, do meu lado como devem compreender eu não poderia manter esta situação sem a tornar, enfim, conhecida da Assembleia, como já foi conhecida da Câmara desde que comecei a entrar nestas negociações, não há aqui uma posição, enfim, de crítica ao passado, há de facto que clarificar, entrarmos dentro do estilo de trabalho que me é mais agradável, que é de facto trazer as coisas ao conhecimento de todos os autarcas, daqueles que estão a zelar pelos interesses do concelho. É isto que eu posso dizer e assumir o compromisso de trazer um Relatório num prazo de um mês, para que cada um destes assuntos sejam de facto esclarecidos, não vejo aqui para já outra posição que eu possa tomar."

Neste momento entrou na sala o Vogal Élio Maia.

Vogal Raul Martins:

"Isto está acabar em pesadelo, compreendo que isto seja um pesadelo para o Sr. Presidente da Câmara. De facto o Sr. Presidente da Câmara foi enganado, obviamente enganado! enganado pelo Presidente da Câmara anterior que não lhe comunicou o que se estava a passar, enganado eventualmente pelos Serviços, é obvio que alguns Serviços sabiam, para mim é óbvio e para quem conhece o funcionamento da antiga Câmara Municipal, é óbvio que alguns Serviços deveriam saber, porque não acredito que nestas contestações todas, o Sr. Presidente da Câmara anterior, nunca tenha feito um ofício que fosse, do conhecimento dos Serviços, nunca tenha escrito uma carta que fosse, do conhecimento dos Serviços, nunca tenha feito uma contestação que fosse, do conhecimento dos Serviços, porque se o fez, se nunca deu conhecimento a ninguém, então as coisas ainda são muito mais graves.

Mais uma vez, ressalta aqui da ideia do Sr. Presidente, no fundo o Professor Celso Santos, merece a nossa amizade e o nosso respeito político, porque embora tenha aqui directamente dito que foi enganado, diz que foi enganado, mas a intenção do Presidente anterior

era a melhor das intenções. De facto, eu gostaria de aqui lembrar ao Sr. Presidente, o que é que enche o inferno - é das melhores das intenções...

Quanto à sua disponibilização para aqui trazer um Relatório com tudo o que se passa, eu não aceito esse Relatório! e farei tudo o que estiver ao meu alcance para que o Relatório que venha a esta Assembleia, seja um Relatório feito por uma entidade independente, ou não seja velha a história do cesteiro que faz um cesto, faz um cento."

Vogal Neto Brandão:

"Apenas para confessar que me sinto pessoalmente aliviado com os protestos de inocência do Presidente da Câmara. A consideração que tenho por ele mantém-se. Não posso deixar porém de expressar aquilo que vai no pensamento de todos os membros da Assembleia - a inocência do Presidente, Celso Santos, é, apenas uma agravante da culpa do Presidente, Girão Pereira. Girão Pereira, tenho para mim, foi um elemento nefasto à cidade de Aveiro, penso que terá hoje ficado confirmado isso."

Vogal Cruz Tavares:

"Ao contrário destas últimas intervenções, nomeadamente a do Dr. Filipe Brandão, eu não quero desculpar o Sr. Professor, Celso Santos... eu quero acusar o Sr. Professor, Celso Santos, de ter tido uma conduta de solidariedade para com o anterior Presidente, quero acusá-lo do seu alto civismo, quero acusá-lo da sua boa educação, da sua elevadíssima formação moral, quero acusá-lo de, ainda agora ter afirmado que não acusava o passado, e, juntamente com esta acusação quero pedir desculpas públicas pelas atitudes que tive em relação ao Presidente, Dr. Girão Pereira - nunca fui além de lhe chamar demagogo, nunca fui além de dizer que ele manobrou a cidade e os eleitores, nunca fui além de o acusar de ter usado o intriguismo político para ter dominado politicamente esta cidade, e, peço-lhe desculpa porque tudo isto comparado com a imagem que ele deixou hoje na Assembleia, isto foram simples elogios que eu indevidamente dei ao Sr. Dr. Girão Pereira!

Finalmente, em relação a um aspecto particular que foi várias vezes aqui abordado relativamente à intervenção do Sr. Custódio Ramos, meu companheiro da Vereação do tempo de 79/82, e, quando se pôs em causa a dúvida existencial de que o Sr. Dr. Girão Pereira, usaria o obscurantismo ou outra coisa qualquer, eu posso dizer, que pertenci a

essa Vereação, que, ele, além do obscurantismo, usou a mentira! em relação à EDP, o negócio e o acordo com a EDP, foi apresentado como o primeiro negócio do século, o segundo seria o Cojo... como é possível hoje, nós temos conhecimento que se deve esse montante à EDP, quando na altura o Sr. Presidente, apresentou perante a Vereação, que a EDP, colocaria à ordem da Câmara, uma verba que teria em depósito nos bancos, de duzentos e cinquenta mil contos? e portanto a Câmara teria feito um grandesíssimo negócio. Foi só por isso, por se dispôr de imediato de uma verba dessas, que a Câmara, através do Sr. Presidente, que era única e simplesmente a Câmara, quando ele falava em Câmara, dizia, eu Girão Pereira, subentendia-se, foi só por isso, por se ter disponibilizado duzentos e cinquenta mil contos, directamente para o Cofre da Câmara que o negócio foi apresentado como o primeiro negócio do século.

É evidente que eu não podia deixar de dizer isto, e, de dizer também que, contra aquilo que algumas pessoas poderão pensar, que eu hoje estaria feliz por ver desmascarado um mito que nós combatemos durante anos, eu não estou mínimamente feliz, estou profundamente desgostoso por ter acontecido isto à minha cidade, e, pelos meus concidadãos terem sido enganados durante quase vinte anos, por uma fraude política que passou por esta cidade."

Vogal Diogo Machado:

"Ao contrário do sentimento que perpassa pelas bancadas da oposição, eu estou neste momento muito mais aliviado, eu estou neste momento com a alma um bocado mais reconfortada, não pelo passado, não pelo futuro, mas pelo que estamos a viver aqui hoje, e, o que estamos a viver aqui hoje, com base em testemunhos emocionados que já aqui tivemos, o que estamos a viver aqui hoje, é uma situação de clara, nítida, e que não podia ser de mais óbvia transparência política; o que estamos a viver aqui hoje, é, a frontalidade com que se assumem as situações que têm necessariamente que ser assumidas; o que estamos a viver aqui hoje, é, nem mais nem menos, o PP, outrora CDS e outrora, CDS-PP, defende para este país, é isto que nós estamos a defender aqui hoje, é por isto que as bancadas da oposição têm que ter medo de nós e é por isto que as bancadas da oposição têm que olhar para nós, sem se rirem, porque eu também respeito as posições de cada um, têm que olhar para nós e dizer e sentir que nós somos capazes de fazer e de dizer alguma coisa - não

negamos o passado - não passamos atestados de qualquer tipo aos eleitores aveirenses, assumimos que cada eleitor aveirense, é, idóneo na escolha, na opção e na vontade que deposita em cada voto que faz, não queremos nem devemos passar qualquer tipo de atestado, não chegamos ao ponto de dizer, nem nunca chegaremos, eu não chegarei pelo menos, que os que vieram atrás foram uma fraude, os que vieram atrás têm obra, os que vieram atrás mostraram que valiam, e, durante anos foram sufragados pela obra que fizeram, porque mostraram que valiam - não enganaram ninguém, geriram e geriram à maneira que cada um deve gerir; eu estou até um bocado alegre, embora possa parecer um paradoxo, em ter estado hoje nesta Assembleia, realmente eu vi como é que se discute em democracia - penso que pela primeira vez nesta Assembleia, pelo menos a mim impressionou-me e tocou-me seriamente, pela primeira vez nesta Assembleia, eu vi um debate político de elevadíssimo nível, eu vi as pessoas empenhadas em defender a sua cidade, e, meus amigos eu tenho a certeza de, enquanto assim fôr nada está perdido em Aveiro e Aveiro só tem a ganhar e só tem a crescer."

Vogal João Pedro Dias:

"Começaria por dizer que, pela primeira vez neste mandato, peço autorização para que esta intervenção não seja tida em nome da bancada, porque sobre ela não consultei nenhum dos meus colegas de bancada, e, portanto assumo-a como uma intervenção exclusivamente individual, o assunto que hoje aqui estivemos a discutir, é um assunto que, perpassou e que cortou de uma forma horizontal esta Assembleia. Não foi só a bancada do CDS-PP, que pode ter alterado a sua posição, eu creio que, à medida que a discussão foi avançando, à medida que os argumentos foram saindo, todas as pessoas com bom senso e com racionalidade, evoluíram a sua posição. A discussão no ponto em que ela está, a discussão com a elevação que ela teve, com os momentos vibrantes, com os momentos empolgantes que lhe conhecemos do final, não tem felizmente nada a ver com a intervenção tal qual os dados foram postos no início desta mesma discussão. Disse na primeira intervenção que fiz, que, não louvava, nem felicitava, nem criticava o Sr. Presidente da Câmara, porque, entendia que ele tinha cumprido a sua missão trazendo a esta Assembleia, dando conhecimento a esta Assembleia, de factos de que, ele próprio, como acabou por reconhecer também, recentemente teve

conhecimento. Por isso, vejo-me na contingência de ter que o felicitar por ter assumido essa postura, que eu penso que é uma postura de inteira transparência, e, esta Assembleia, pela minha parte, e, permitam-me que o diga do ponto vista exclusivamente pessoal, estou grato ao Sr. Presidente da Câmara, por ele com toda a abertura, com toda a transparência nos ter posto ao corrente dos assuntos que ele próprio acabou por dizer que, só recentemente teve conhecimento. E, o apelo que faço, em nome da transparência que preconizo e que penso que todos preconizamos, vai apenas e tão só, neste sentido - que o Sr. Presidente da Câmara e todo o Executivo, continue na mesma senda, porque a mim é evidente que não sou indiferente ao passar, mas interesso-me sinceramente muito mais discutir o futuro, interessa-me muito mais que esta Assembleia, assente as suas bases de trabalho, eventualmente se disso fôr caso, em novos processos, em novos métodos, e portanto, solicito ao Sr. Presidente da Câmara, solicito a todo o Executivo que situações como estas, há medida que delas fôr tendo conhecimento, vá dando conta à Assembleia. Creio Sr. Presidente da Câmara que estará no bom caminho, creio que esta Assembleia, terá, não direi a agradecer-lhe, mas pelo menos V. Ex^a eximir-se-á de qualquer responsabilidade perante este órgão. Por isso digo, e com isto termino, que creio que actuou correctamente e creio que pautou uma posição que não pode, não deve abandonar no futuro. Muito obrigado pela postura que assumiu, perante a Assembleia Municipal."

Vogal Olinto Ravara:

"Era para dizer que o Sr. Presidente da Câmara fez uma proposta, à qual eu gostaria de lhe dizer que aceito o Relatório que irá apresentar à Assembleia, no entanto ele não exclui de maneira nenhuma, a necessidade imperiosa de se apresentar um Relatório feito por uma entidade independente, que faça a sua apreciação das contas e dos reflexos que esta ocultação da verdade trouxe a todos os exercícios Camarários, desde há sete anos a esta parte, porque isto vai mexer com toda a estabilidade, com todos os balanços, com todas as contas de gerência, desde há sete anos a esta parte, para que nós hoje possamos fazer uma correcta avaliação, verdadeira, transparente e rigorosa da nossa situação financeira. E não há outra maneira de suprir, não é apenas um Relatório, ou um pedido de desculpa, ou um mea culpa, em relação ao

passado e uma profissão de fé, em relação ao futuro, que nos vai tranquilizar nesta matéria. Houve aqui de facto uma situação grave, que importa corrigir para que possamos sanar as finanças do município, para que possamos resolver o futuro com outra confiança, mas a verdade Sr. Presidente, é que não pode trazer a esta Assembleia apenas o seu Relatório.

O Sr. Presidente mais uma vez deu aqui uma prova de humildade que me apraz registar, portanto a sua postura aqui assim foi correcta. Apesar de eu inicialmente ter dito que não louvava o seu comportamento, eu estava a pensar que, o Sr. Presidente da Câmara, teria sido devidamente informado quando recebeu a pasta do Dr. Girão Pereira, e, fiquei de facto perplexo, muito surpreendido, não passa pela cabeça de ninguém responsável, que, um anterior Presidente da Câmara, perante assuntos desta gravidade, que podem pôr em risco toda uma Câmara Municipal, toda uma Assembleia Municipal, não diga efectivamente o que é que se está a passar, isto é a mesma coisa Sr. Presidente que lhe estarem a tirar o tapete antes do tempo, isto de facto é inqualificável do ponto de vista político e do ponto de vista pessoal, porque o Sr. de facto tem-no defendido sempre e não merecia uma coisa destas."

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que não há nada a opôr a que alguém de fora, independente, possa apreciar este caso.

Usou também da palavra o Vereador Vitor Silva, para dizer que comunga também das palavras do Sr. Presidente da Câmara e esclarecer que em relação ao problema com a EDP, não pode dizer que tenha um desconhecimento total do assunto. Saliou porém, que algumas vezes fez algumas abordagens no sentido de procurar resolver o problema, todavia sempre lhe disseram "eu trato desse assunto".

Em relação à proposta que foi aqui apresentada, disse pensar que a mesma até é desejável e que deve ser uma entidade independente a ocupar-se do problema, que seja indicado por esta Assembleia um gabinete que tenha a confiança deste órgão, porque é preciso que fique claro que a Câmara não tem nada a esconder.

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, mantive-me em silêncio, mas após a intervenção do Sr. Engº Cruz Tavares, que de alguma forma comungo,

quero dizer, comungo dos sentimentos que perpassam o espírito do Sr. Eng^o Cruz Tavares, e o meu neste momento. Poderia ser uma pessoa a exultar de alguma forma com a situação, não sou..., nas dificuldades sempre fui uma pessoa solidária e magnânima, na tentativa de entender o porquê das coisas e das dificuldades e dos falhanços humanos. Fui perseguido durante dez anos, mas isso não me motiva para a vingança, nem para tentativas de exultar com o mal dos outros. Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara pela franqueza a que nos habituou, não esperava outra coisa do Sr. Presidente da Câmara, sempre apreciei esse lado importante das pessoas, ao contrário de outros, que diziam que em política a mentira não é mentira. Quero cumprimentar também o Vereador Vitor Silva pela franqueza que pôs na sua intervenção, é bom que se seja assim, porque assim a verdade chegará, pode vir mais tarde, mas chegará, e a nossa razão também chegará com ela."

Vogal Vitor Mangerão:

"Só queria fazer uma reflexão final: em primeiro lugar, dizer com toda a sinceridade ao Sr. Presidente da Câmara, que ele vai absolvido deste julgamento, mais pela convicção criada nos juízes, do que propriamente pela prova feita, acontece, às vezes as coisas não são suficientemente provadas, mas há qualquer coisa que perpassa, a postura do réu etc, e os juízes ficam convencidos que ele realmente está inocente. Eu não quero brincar com coisas sérias. Nem o Sr. foi réu, nem nós somos julgadores, nem aqui se trata de estar a fazer um Tribunal seja do que fôr; mas, de qualquer forma, às vezes estas questões criam consequências a longo prazo, que ninguém sabe, como elas começam nós vemos, como elas acabam nós não sabemos. Só queria acrescentar mais isto, convirá que não se continue a minimizar como alguns insistem em fazer, talvez por peso da tradição, que não se continue a minimizar a importância deste pequeno forum político que é a Assembleia Municipal, aqui a Câmara Municipal, com o Presidente da Câmara à frente como lhe compete institucionalmente terá o seu melhor lugar para a estratégia e desenvolvimento do Município, para a discussão ampla e aberta dos problemas, para a tentativa de encontrar soluções consensuais que é aquilo que mais interessa aos interesses públicos; mas também aqui, se for preciso, terá as críticas mais acérrimas, e, se for até necessário, terá até o pedido da sua demissão e de todo o Executivo. Cometam-se os

excessos de linguagem que se cometerem, o que interessa é isto, aqui é o lugar mais político do município; quem o souber aproveitar bem, ganhará com isso, quem quiser deturpar o sentido dessa verdade, há-de perder. Neste momento talvez tenhamos iniciado uma nova fase, é muito importante, não se trata de erguer coisas sobre ruínas, não é propriamente ruínas, mas eu não posso deixar de lembrar com o horror que tenho aos números, que, de qualquer forma o que nós queremos é que o dinheiro signifique coisas, e que as coisas signifiquem progresso social, e, a mim o que me custa, e penso que é o que deve custar ao fim e ao cabo a nós todos, é aquilo que se deixou de fazer por causa das dívidas que afinal de contas existiam a mais, e aquilo que eventualmente não poderemos ter nos próximos anos, porque a estes milhões poucos, não podemos deixar de acrescentar os mais trezentos mil contos para o Carvoeiro, o mais milhão e tal de dívida que está declarada aí para pagar em não sei quantos anos etc, etc., tudo isto, forçosamente vai provocar uma perspectiva diferente quando debatermos Planos de Actividades, quando debatermos e esmiuçarmos as listas das despesas, até as facturas mais pequenas."

Vogal Jorge Nascimento:

"A bancada do CDS quer ver exactamente, como de início, este problema completamente esclarecido; a bancada do CDS, reitera a confiança na obra deste Executivo e de todos os anteriores que por ela foram apoiados e sustentados. Portanto, é um favor que o Executivo faz à bancada do CDS, promover o mais completo esclarecimento pela entidade mais isenta e mais competente até às últimas consequências."

Vogal Sérgio Esperança:

"Sr. Dr. Jorge Nascimento, considera que deve ser a Câmara a promover esse inquérito ou a Assembleia Municipal? o Sr. Presidente da Câmara propôs que fosse a Assembleia Municipal!"

Presidente da Assembleia Municipal:

"Eu sobre esta matéria que me parece que não está muito esclarecida, e, parece-me que não é oportuno agora a Assembleia estar a indicar quem quer que seja, eu tomaria a iniciativa de fazer uma reunião da Conferência de Representantes, para depois a partir daí, ver qual a metodologia a seguir: ou através de nova reunião da Assembleia, ou directamente a partir dessa Conferência de Representantes, dar indicação

Paulo

de uma Comissão, ou como fôr entendido na altura. Portanto se estiverem de acordo?

Vogal Vitor Mangerão:

"O PSD, está de acordo!"

Não se registando mais intervenções, e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada.

Eram 01Hora e 15 minutos do dia 29.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

António de Sousa Diniz Correia
Paulo